



Ata nº 5/2014

No dia 23 de novembro de 2014, pelas 14:00 horas, reuniram-se os delegados à Assembleia Geral (AG) da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX) na sala Alameda do Hotel AS Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, 188, Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto um - Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para o ano de 2015.

À hora marcada para o início da reunião não havia quorum suficiente para que a Assembleia pudesse deliberar, pelo que se optou por reunir em segunda convocatória meia hora mais tarde, pelas 14:30 horas, de acordo com o estabelecido na convocatória da mesma.

Estiveram presentes 14 delegados:

Carlos Alberto Sousa Mendes	<i>AXD Coimbra</i>
José de Jesus Ferreira Marcelino	<i>AXD Setúbal</i>
José Luis Soares Gomes	<i>Clubes A</i>
Manuel Abranches Pintor	<i>Clubes B</i>
Luis Manuel de Carvalho Maninha	<i>Clubes B</i>
José Fernando dos Santos Pereira	<i>Clubes B</i>
Rogério Augusto Gomes Oliveira	<i>Clubes B</i>
Domingos Manuel Costa Massena	<i>Clubes B</i>
Mário Manuel Ribeiro Marques	<i>Clubes B</i>
Amadeu Solha Santos	<i>Praticantes B</i>
Pedro José Garcia Pita Soares	<i>Praticantes B</i>
Luis Manuel Coutinho Santos	<i>Praticantes C</i>
Vitor Manuel Véstia Guerra	<i>Técnicos B</i>
Manuel Brandão de Pinho	<i>Árbitros A</i>

e ainda o Presidente da FPX, Francisco Castro, e os membros da Direção André Couto e Paulo Oliveira.

Deu-se início ao único ponto da ordem de trabalhos estabelecida na convocatória, começando-se pela apresentação, efetuada pelo Presidente da FPX, Francisco Castro, dos aspetos mais relevantes da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2015 (PAO 2015), cujos documentos haviam entretanto sido distribuídos aos delegados, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal sobre o Orçamento para o ano de 2015, favorável à aprovação deste. Destacou, além do habitual em planos e orçamentos anteriores, as novidades deste respeitantes a competições, nomeando o Circuito Nacional de Semirrápidas, a implementar em moldes semelhantes ao circuito em ritmo clássico já existente, e do Open de Portugal a realizar em Lisboa, para o qual já foi angariado patrocinador. Continuará a batalhar pelo projeto para as escolas, apesar das dificuldades de relacionamento com o Ministério da Educação. Em termos financeiros, referiu que os subsídios do Estado tem vindo a sofrer sucessivos cortes, embora se espere que o próximo ano seja de viragem nessa tendência.



Ata nº 5/2014

Mário Marques colocou em questão a razão de se apresentar e discutir o PAO 2015 sem estar resolvida a questão do orçamento anterior.

Pedro Pita Soares, alegando ter pertencido ao Conselho de Justiça e ter participado na elaboração do parecer sobre a questão, prestou esclarecimentos sobre o mesmo e as suas implicações, lembrando que ninguém depois requereu a nulidade da deliberação em causa.

O Presidente da FPX, Francisco Castro, alegou que considera válida a deliberação da AG em causa, nos termos em que consta da ata da respetiva reunião.

Rogério Oliveira referiu as razões por que não impugnou essa decisão, pois outros órgãos tinham conhecimento pleno e não atuaram.

O Presidente da Mesa, Manuel Pintor, esclareceu que não recebeu qualquer pedido de reunião da AG sobre o assunto levantado e que está estatutariamente impedido de ter qualquer iniciativa da sua convocação.

Mário Marques chamou a atenção para o propósito de criação de associação territorial na Covilhã, existindo já uma no distrito de Castelo Branco. Sobre os critérios de elegibilidade para as representações nacionais levantada no parecer do Conselho Fiscal, entende que estes devem constar do Regulamento das Representações Nacionais e não do PAO. Pediu esclarecimentos sobre a razão do aumento no número de praticantes comparado com a diminuição de receitas de filiações, também sobre as condições de participação em campeonatos internacionais, como o europeu de veteranos, que é prova aberta, segundo julga, e ainda se a Direção pensa implementar formação de organizadores.

O Presidente da FPX, Francisco Castro, esclareceu as dúvidas levantadas, referindo que na Covilhã não se refere ao distrito mas a ter surgido de lá iniciativa de um núcleo; que respeitará o regulamento em vigor quanto aos critérios de elegibilidade para representações nacionais em competições internacionais, incluindo as de veteranos; que projeta um aumento na receita das filiações; que poderá equacionar no médio prazo a realização de uma ação de formação de organizadores, havendo interessados, apostando por ora na formação de árbitros.

José Luis Gomes pediu esclarecimentos sobre a execução do orçamento anterior, durante o ano corrente, a que o Presidente da FPX respondeu afirmando que estava a decorrer dentro do previsto.

Rogério Oliveira questionou por que não foram publicados pela FPX os subsídios recebidos do IPDJ, como determina a lei em vigor. O valor da expectativa de subsídios deveria ter mais aderência à realidade. Questionou a relação da Direção da FPX com as associações territoriais.

Mário Marques chamou a atenção para que as filiações dos clubes eram historicamente efetuadas nas associações, tendo passado nos anos mais recentes a serem efetuadas pela FPX, o que levou a que as associações



Ata nº 5/2014

tenham abdicado dessa receita, criando-lhes dificuldades financeiras. Perguntou se a Direção não deveria considerar a devolução dessas taxas às associações.

José Marcelino também pediu esclarecimentos sobre as representações nacionais.

Rogério Oliveira corroborou e subscreveu a pergunta de Mário Marques sobre as taxas de filiações dos clubes, propondo a sua devolução às associações. Em seu entender as taxas devem ser cobradas pelas associações nos termos estatutários. Perguntou sobre a atividade de muitas associações, como as de Santarém, Faro, Vila Real, Beja e Açores, e se têm apresentado relatórios anuais de contas.

Vitor Guerra sugeriu que se apresentassem propostas para alteração do Regulamento das Representações Nacionais.

Domingos Massena pediu esclarecimentos sobre as diferenças nos orçamentos referentes à estrutura administrativa da FPX, prestados de seguida pelo Presidente e pelo Tesoureiro, André Couto.

O Presidente da FPX, Francisco Castro, esclareceu também as questões anteriores, referindo a reanimação de clubes em Beja, Bragança e Viseu, e a manutenção de relações com algumas das associações citadas por Rogério Oliveira, embora não todas. Quanto ao Regulamento das Representações Nacionais, referiu que foi recentemente alterado, mas que há sempre abertura para a introdução de melhorias. Quanto às taxas de filiação dos clubes, não pensa alterar a posição atual enquanto se mantiverem os constrangimentos financeiros na gestão da FPX.

O Presidente da FPX referiu ainda que nas tabelas "8.1. Receitas", página 50, e "8.2. Despesas", página 51 do PAO 2015, onde consta "Rendimentos e Ganhos 2014" e "Gastos e Perdas 2014" respetivamente deve constar "Rendimentos e Ganhos 2015" e "Gastos e Perdas 2015".

Passou-se à votação da proposta de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2015, sendo a mesma aprovada, nos termos do nº 5 do artigo 19º dos Estatutos da FPX, com 11 votos a favor.

Mário Marques apresentou à Mesa a seguinte declaração de voto escrita: "Embora tenha votado a favor do Plano e Orçamento, o qual, na generalidade, não me oferece substanciais reparos, devo sublinhar as minhas reservas quanto ao facto de a FPX estar a cobrar taxas de filiação aos clubes, o que tem provocado uma diminuição das receitas das associações, já que essa verba deveria corresponder à quotização dos clubes na respectiva associação. Esta situação, para além do mais, parece não ter sustentação nos Estatutos. Assim espero que, no futuro, a FPX venha a abdicar dessas taxas, as quais reverterão para as associações, devendo as filiações serem feitas através destas."

Ata nº 5/2014

Deu-se por finalizada a reunião, de que se elaborou a presente ata, que foi de seguida unanimemente aprovada pelos delegados.

Lisboa, 23 de novembro de 2014

Manuel Abranches Pintor
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Vitor Manuel Véstia Guerra
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral